

Márcio Berto Alexandrino de Oliveira

Allan Dias Toledo Malta

Layon Nicolás Dias Pereira

---

# A Defesa do Agente Público na Ação de Improbidade Administrativa

2ª Edição

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2019

Copyright © 2019 by Márcio Berto Alexandrino de Oliveira  
Allan Dias Toledo Malta  
Layon Nicolás Dias Pereira

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rosane Abel

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

D313d

11 11 17

A defesa do agente público na ação de improbidade administrativa /  
Márcio Berto Alexandrino de Oliveira, Allan Dias Toledo Malta, Layon  
Nícolas Dias Pereira (organizadores). – 2. ed. – Rio de Janeiro : Lumen  
Juris, 2019.

308 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 231-240.

ISBN 978-85-519-1479-3

1. Improbidade administrativa. 2. Princípio constitucional. 3. Devido  
processo legal. 4. Prova. 5. Direito constitucional. I. Oliveira, Márcio Berto  
Alexandrino de. II. Malta, Allan Dias Toledo. III. Pereira, Layon Nicolás  
Dias. IV. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

Prefácio .....	XXIII
Apresentação.....	1
1 Notas iniciais sobre a defesa do agente público na ação de improbidade administrativa .....	5
2 O processo no paradigma do Estado democrático de direito .....	9
2.1 Procedimento e Processo.....	16
2.2 As nulidades no processo .....	19
3 A responsabilização subjetiva e objetiva .....	25
4 Princípios basilares da Administração pública .....	29
4.1 Princípio da Legalidade .....	30
4.2 Princípio da Impessoalidade .....	32
4.3 Princípio da Moralidade .....	34
4.4 Princípio da Probidade .....	36
4.5 Princípio da Publicidade .....	37
4.6 Princípio da Eficiência .....	39
4.7 Princípio da Supremacia do Interesse Público .....	40
4.8 Princípio da Autotutela .....	42
4.9 Princípio da Indisponibilidade .....	43
4.10 Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos.....	44
4.11 Princípio da Segurança Jurídica .....	46
4.12 Princípio da Proporcionalidade.....	48
4.13 Princípio da Precaução .....	50
4.14 Princípio da Motivação.....	51
4.15 Princípio do Devido Processo Legal .....	52
5 A definição de agente público .....	55
6 Ato administrativo e mérito administrativo .....	57

7 A convalidação dos Atos administrativos eivados de mera irregularidade .....	61
8 O controle do mérito do Ato administrativo pelo Poder judiciário.....	63
9 Noções preliminares sobre a improbidade administrativa .....	71
10 Os tipos de ato de improbidade administrativa.....	75
11 A individualização da conduta e a justa causa na ação de improbidade administrativa .....	81
12 A importância da notificação e da manifestação por escrito/ defesa prévia e a banalização destes institutos .....	87
13 O dever de fundamentação da decisão que recebe a petição inicial na ação de improbidade administrativa .....	93
14 A inadmissibilidade da responsabilização objetiva do agente público na ação de improbidade administrativa .....	97
14.1 A impossibilidade de responsabilização do advogado parecerista por ato de improbidade administrativa .....	105
14.2 A legalidade como diretriz dos atos da Administração Pública – Necessidade de Lei autorizativa para fixar jornada de trabalho diversa da norma que regulamenta a atividade profissional .....	112
14.3. A Impossibilidade de decretação da indisponibilidade de bens sem a devida instrução processual .....	115
14.3.1 A impossibilidade jurídica de a indisponibilidade de bens recair sobre a eventual aplicação da multa civil.....	122
14.3.2 A indisponibilidade de bens deve recair de forma dividida entre os réus .....	124
14.4 Imputação de ato de improbidade administrativa terceiro não agente público .....	126
14.5 Da ausência de improbidade administrativa quando o ato é amparado em lei específica .....	128
14.5.1 A impossibilidade de declaração incidental de inconstitucionalidade na Ação de Improbidade Administrativa.....	131
14.6 A impossibilidade de ajuizamento de Ação de Improbidade Administrativa cumulada com pedido de dano moral coletivo.....	133

14.7 A impossibilidade de condenação do gestor por ter executado o convênio nos exatos termos das cláusulas ajustadas - venire contra factum proprium .....	138
14.8 A indisponibilidade de bens não deve recair sobre a meação do cônjuge e bem de família .....	141
14.9 A suspensão dos direitos políticos como penalidade em razão da prática do ato de improbidade.....	144
14.10 A necessidade de nomeação de defensor ao acusado que não constituir advogado na ação de improbidade Administrativa .....	148
14.10.1 Da não aplicação da revelia na ação de improbidade administrativa... 148	
14.11 A competência do juízo para julgar a ação de improbidade administrativa.....	150
14.12 A razoabilidade e proporcionalidade na aplicação das penalidades e na indisponibilidade de bens.....	151
14.13 A ausência de ato de improbidade na contratação de parente de servidor ou dirigente de órgão na licitação .....	156
14.13.1 A uniformidade das cláusulas nas modalidades tomada de preços, leilão, concorrência e pregão .....	161
14.14 Ausência de ato de improbidade quando a prorrogação do contrato ultrapassa o limite da modalidade que antecedeu o contrato original.....	164
14.15 A responsabilização por ato de improbidade administrativa com o advento da Lei Ordinária Nacional nº. 13.655/2018, que alterou o Decreto-Lei nº. 4.647/1942, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro .....	177
14.16 A aplicação do Princípio da Insignificância na ação de improbidade administrativa.....	179
<b>15 A colaboração premiada na ação de improbidade administrativa ....</b>	<b>183</b>
15.1 A Interceptação telefônica como prova emprestada na ação de improbidade e na colaboração premiada .....	189
<b>16 A banalização da utilização da ação de improbidade para retirada do nome dos entes dos cadastros de inadimplentes .....</b>	<b>191</b>
<b>17 A garantia do contraditório substancial na ação de improbidade administrativa e o dever de fundamentação .....</b>	<b>195</b>

<b>18 A prescrição da punibilidade dos atos de improbidade administrativa .....</b>	<b>203</b>
18.1 Prescrição quanto a situações funcionais transitórias .....	206
18.2 Prescrição quanto a situações funcionais permanentes .....	209
18.3 Prescrição quanto ao terceiro .....	212
18.4 A prescrição intercorrente na ação de improbidade administrativa .....	214
<b>19 A possibilidade de condenação do Estado ao pagamento dos honorários advocatícios em caso de sucumbência do Ministério Público .....</b>	<b>223</b>
<b>20 Considerações finais .....</b>	<b>227</b>
<b>21 Referências bibliográficas.....</b>	<b>231</b>
<b>Anexo - Legislação pertinente .....</b>	<b>241</b>